

entre os desenvolvidos a União Soviética e os Estados Unidos, ignorava-se a qualidade diferente que os distinguia tão profundamente. Grupando entre os subdesenvolvidos aqueles países de economia atrasada, refugavam-se a existência e a função do imperialismo, inclusive de uma de suas formas mais espoliativas: o neocolonialismo. Certa definição do subdesenvolvimento colocava assim o problema: "Sintetizando a análise anterior: o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, uma situação particular, resultante da penetração de empresas capitalistas em estruturas arcaicas".⁶ O mérito desta definição está em associar o capitalismo e o subdesenvolvimento; a limitação dela consiste em empregar o eufemismo "empresas capitalistas modernas", em lugar de imperialismo.

A coragem de afirmar não se detém diante de limite algum, no campo da luta ideológica. Para mencionar apenas um exemplo, é interessante lembrar o conceito de *ajuda*, apregoado pelas fontes imperialistas, com freqüência, a partir da etapa em que a distância crescente entre a riqueza dos países ditos desenvolvidos e a pobreza dos países ditos subdesenvolvidos começou a tornar-se preocupação de camadas cada vez mais dispostas a combatê-la. Assim, o imperialismo batizou de *ajuda* os investimentos e os empréstimos feitos aos países que explora; *ajuda* tornou-se, conseqüentemente, o outro nome do inverso, isto é, do fluxo de dividendos, *royalties*, juros proporcionados pelos ditos subdesenvolvidos que, em conseqüência, ficavam, e ficam, mais pobres e, em contraste e na verdade, estavam, e estão, prestando ajuda aos ditos desenvolvidos, os imperialistas. A *ajuda* representa, pois, apenas uma forma de ação do imperialismo.⁷ Mas ainda as outras formas — investimentos, empréstimos, serviços — são

⁶ Celso Furtado: *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, 3ª edição, São Paulo, 1969, p. 172.

⁷ Quando embaixador em Washington, no Governo Goulart, o economista Roberto de Oliveira Campos, irritado com as críticas da imprensa dos Estados Unidos às suas iniciativas ali, em favor do levantamento de recursos, distribuiu interessante comunicado, mostrando como os empréstimos norte-americanos ao Brasil beneficiavam aos emprestadores (não mencionou, naturalmente, a função dos investimentos). Segundo aquele comunicado, entre 1940 e outubro de 1962, os Estados Unidos haviam emprestado ao Brasil pouco mais de um bilhão de dólares fornecidos, na maior parte, pelo Eximbank (525 milhões, ou 50%); 35%, ou 370 milhões, pela Lei de Excedentes Agrícolas (destinada a financiar a exportação do excedente da produção agrícola americana, particularmente trigo, invendável em condições normais); 12%, ou 128 milhões, pela AID; 4%, ou 40 milhões, pelo Tesouro norte-americano; e parcela mínima, correspondendo a 0,2%, ou 2 milhões, pelo BID. Eram empréstimos a dinheiro entregue aos exportadores norte-americanos em pagamento de vendas ao Brasil; empréstimos pagos a juros altos, aliás, e vinculados pois. Mais do que isso: não entravam no Brasil, permaneciam nos Estados Unidos. O comunicado mencionava, também, os lucros norte-americanos provindos do comércio desigual, estimando as perdas brasileiras, nesse terreno, entre 1955 e 1961, em 1 bilhão e meio de dólares.